



MPF  
FLS. \_\_\_\_\_  
2ª CCR

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**VOTO Nº 10422/2013**

**PROCEDIMENTO Nº 00091/2013 (3942-43.2013.4.01.3905)**

**ORIGEM: JUSTIÇA FEDERAL EM REDENÇÃO – PA**

**PROCURADOR OFICIANTE: AÉCIO MARES TAROUÇO**

**RELATORA: RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

**INQUÉRITO POLICIAL. CRIMES DE MOEDA FALSA (CP, ART. 289, § 1º) E CORRUPÇÃO ATIVA (CP, ART. 333). CONEXÃO PROBATÓRIA OU INSTRUMENTAL (CPP, ART. 76-III). ENUNCIADO 122 DA SÚMULA DO STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.**

1. Inquérito policial instaurado pela Polícia Civil mediante auto de prisão em flagrante pela suposta prática dos crimes de moeda falsa e de corrupção ativa, tipificados nos artigos 289, § 1º e 333, ambos do Código Penal.

2. O Procurador da República ofereceu denúncia em face do investigado pela prática do crime previsto no artigo 289, § 1º do Código Penal (moeda falsa) e quanto ao crime do artigo 333 do Código Penal (corrupção ativa) entendeu que cabe à Justiça Estadual processá-lo e julgá-lo pois não vislumbrou hipótese de conexão.

3. Em decisão interlocutória, o Juiz Federal da Subseção Judiciária de Redenção/PA reconheceu a competência da Justiça Federal para processar e julgar os crimes de moeda falsa e de corrupção ativa, por conexão instrumental, com fundamento no artigo 76, III do Código de Processo Penal.

4. No caso, verifica-se que o acusado praticou o crime de corrupção ativa (CP, art. 333), com intuito de não ser conduzido à Delegacia de Polícia Civil e ter as 05 cédulas de R\$ 50,00 falsas descobertas, o que conduz à presença de conexão instrumental ou probatória, na medida em que, caso obtido êxito na tentativa de subornar os policiais militares, teria conseguido frustrar a prisão e, por consequência, a descoberta do crime de moeda falsa.

5. Configurada a conexão probatória, deve-se aplicar o enunciado nº 122 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça *“Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, “a”, do Código de Processo Penal”*, impondo-se a reunião de processos ante o reconhecimento da competência da Justiça Federal para o julgamento de ambas as infrações penais.

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para aditar a denúncia, facultando-se ao Procurador da República oficiante a oportunidade de prosseguir na persecução penal, se assim entender pertinente.

Trata-se de inquérito policial instaurado mediante auto de prisão em flagrante de JOCÉLIO FERREIRA DOS SANTOS pela suposta prática dos crimes de moeda falsa e de corrupção ativa, tipificados nos artigos 289, § 1º e 333, ambos do Código Penal.

Consta do inquérito policial que o investigado, no dia 23/07/2013, foi abordado pelos policiais militares Cabo PM Marcos, Soldado PM Nunes e Soldado PM Nazareno, quando conduzia uma motocicleta no município de Redenção/PA. Nessa abordagem, constatou-se irregularidades na documentação apresentada e na numeração do veículo, motivo pelo qual foi conduzido à delegacia de Polícia Civil para verificação de regularidade da motocicleta. No percurso, o acusado ofereceu ao Cabo Marcos e ao Soldado Nazareno R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para que fosse liberado, sendo, então, preso em flagrante por corrupção ativa.

Na chegada à Delegacia de Polícia Civil de Redenção/PA, foi realizada revista no denunciado, sendo encontrado em seu poder 05 cédulas de R\$ 50,00 falsas, razão pela qual lhe foi dada voz de prisão por eventual crime de moeda falsa, sendo conduzido à Delegacia de Polícia Federal de Redenção/PA.

O órgão ministerial ofereceu denúncia em face do investigado pela prática do crime previsto no artigo 289, § 1º do Código Penal (moeda falsa) e quanto ao crime do artigo 333 do Código Penal (corrupção ativa) entendeu que cabe à Justiça Estadual processá-lo e julgá-lo pois não vislumbrou hipótese de conexão (f. 102).

Em decisão interlocutória, o Juiz Federal da Subseção Judiciária de Redenção/PA reconheceu a competência da Justiça Federal para processar e julgar os crimes de moeda falsa e de corrupção ativa, por conexão instrumental, com fundamento no artigo 76, III do Código de Processo Penal. Assim, remeteu os autos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal c/c o art. 62-IV da LC nº 75/93.

É o relatório.

A conexão instrumental (probatória ou processual) se concretiza quando a prova de um crime influencia na existência de outro.

Dispõe o art. 76 do Código de Processo Penal, *verbis*:

**Art. 76** - A competência será determinada pela conexão:

I - se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra a outra - conexão intersubjetiva;

II - se, no mesmo caso, houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas - conexão objetiva;

**III - quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração - conexão instrumental.**

No caso, verifica-se que JOCÉLIO FERREIRA DOS SANTOS praticou o crime de corrupção ativa (CP, art. 333), com intuito de não ser conduzido à Delegacia de Polícia Civil e ter as 05 cédulas de R\$ 50,00 falsas descobertas, o que conduz à presença de conexão instrumental ou probatória, na medida em que, caso obtido êxito na tentativa de subornar os policiais militares, teria conseguido frustrar a prisão e, por consequência, a descoberta do crime de moeda falsa.

Nesse sentido, confira-se acórdão do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ARTIGO 56 DA LEI N.º 9.605/98. ART. 333 DO CÓDIGO PENAL. CONEXAO. OCORRÊNCIA. ART. 76, II, DO CPP. SÚMULA Nº 122/STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO FEDERAL.

1. Tratando-se de crime de corrupção ativa praticado para assegurar a impunidade do delito descrito no art. 56 da Lei nº 9.605/98, pois os acusados supostamente tentaram subornar os policiais rodoviários federais visando obstar a prisão, fica configurada a hipótese de conexão descrita no art. 76, inciso II, do Código de Processo Penal.

2. Evidenciada a conexão entre os delitos, incide a Súmula nº 122 desta Corte Superior de Justiça, reunindo-se os processos na Justiça Federal. Precedentes.

3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 2ª Vara de Araçatuba/SP, o suscitado.

(STJ. CC 109.632/SP. Minis. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. DJ: 24/03/2010).

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. FORMAÇÃO DE QUADRILHA, CONTRABANDO E ROUBO DE CARGA CONTRABANDEADA. CONEXÃO INSTRUMENTAL. CONFIGURAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 122/ STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. I - A dinâmica dos fatos evidencia a ocorrência da conexão entre os crimes de formação de quadrilha, de roubo de cargas e contrabando de cigarros, afeto à Justiça Federal, pois as provas encontram-se entrelaçadas e as infrações apresentam claro liame circunstancial, incidindo a regra inscrita no art. 76 do Código de Processo Penal . II -

Hipótese de aplicação da Súmula nº 122 desse Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual: "Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, a, do Código de Processo Penal." III - Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal e Juizado Especial Adjunto de Guairá - SJ/PR, o suscitado. (STJ. CC 125503/PR. Minis. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA – Desemb. Convocada TJ/PE. Terceira Seção. Dj: 30/08/2013).

Ante o exposto, configurada a conexão probatória, deve-se aplicar o enunciado nº 122 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça *"Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do art. 78, II, "a", do Código de Processo Penal"*, impondo-se a reunião de processos ante o reconhecimento da competência da Justiça Federal para o julgamento de ambas as infrações penais.

Diante do exposto, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para aditar a denúncia, facultando-se ao Procurador da República oficiante a oportunidade de prosseguir na persecução penal, se assim entender pertinente.

Encaminhem-se os autos, com nossas homenagens, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Pará, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem.

Brasília/DF, 16 de dezembro de 2013.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**

Subprocuradora-Geral da República  
Coordenadora da 2ª CCR/MPF

LT